


Representações de Maquiavel em Livros Didáticos de História no Brasil (*corpus* de 1871 a 2013)

Representations of Machiavelli's thought in Brazilian History textbooks (*corpus* from 1871-2013)

 10.21680/1983-2109.2025v32n69ID33692

Patrícia Fontoura Aranovich

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

patricia.aranovich@unifesp.br

Fernanda Elias Zaccarelli Salgueiro

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

fernanda.salgueiro@usp.br

Resumo: O presente artigo traz à baila os resultados do exame das representações do pensamento de Maquiavel em livros didáticos brasileiros de História. O *corpus* se cinge ao material disponível consultado no acervo do Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMAD) do Departamento de História da Universidade de São Paulo em 2018. As interpretações acerca de Maquiavel estampadas nas 43 obras analisadas foram divididas em três categorias: “Absolutista”, “Maquiavélica” e “Renascentista”. Constatou-se a longevidade da difusão do “Maquiavel maquiavélico” nas escolas. Notou-se que as referências à sua identidade renascentista também são antigas, mas só se tornam a principal informação dos livros

analisados entre as décadas de 1950 e 1970. A partir de 1970 se fortalece a leitura absolutista do filósofo florentino. Dos anos 1980 em diante surgem interpretações alternativas a estas três visões recorrentes, avançando teses novas nos materiais escolares, teses que circulavam nas universidades brasileiras.

Palavras-chave: Maquiavel; Livros didáticos; Disciplina de História.

Abstract: This text presents the results of an examination of the representations of Machiavelli's thought in Brazilian history textbooks. The corpus is limited to the material available in the collection of the Teaching and Didactic Material Laboratory (LEMAD) of the History Department of the University of São Paulo in 2018. The interpretations of Machiavelli in the 43 works analyzed were divided into three categories: "Renaissance", "Machiavellian" and "Absolutist". It was observed that the spread of the "Machiavellian Machiavelli" in schools was long-lasting. It was noted that references to his Renaissance identity are also old, but they only become the main information in the books analyzed between the 1950s and 1970s. From the 1970s onwards, the absolutist reading of the Florentine philosopher was strengthened. From the 1980s onwards, alternative interpretations to these three recurring views emerged, advancing new theses in school materials, theses that circulated in Brazilian universities.

Keywords: Machiavelli; Textbooks; History programme.

Introdução

Docentes que lecionam a disciplina de História no Ensino Médio costumam encontrar referências ao pensamento de Nicolau Maquiavel em livros didáticos e sistemas apostilados de ensino. Nestes materiais, verifica-se por vezes um Maquiavel justificador do absolutismo, ou propriamente absolutista; outras vezes, ele é apenas mais um escritor do Renascimento Italiano. Do interesse derivado da observação da variação destas facetas do escritor florentino surgiu a motivação para realizar um retrato das leituras de Maquiavel no âmbito destes materiais escolares do passado.

Teriam eles contribuído de algum modo para a má fama de que este pensador ainda sofre entre nós, sobretudo nos círculos dos não-especialistas?

Como é sabido, a disciplina de Filosofia teve uma participação intermitente no currículo escolar ao longo do período republicano brasileiro. Mesmo nos períodos de sua integração, ela se viu não raramente desvalorizada. Nesse sentido, o professor e jurista Evaristo de Moraes Filho observava, em 1957, depois de enumerar as idas e vindas dos cursos de Filosofia no secundário e no nível universitário, a contradição de a Filosofia permanecer “fazendo meramente número, entre as demais disciplinas”, sem “desempenhar, como se propunha, nenhuma função importante na formação intelectual e moral do adolescente”. Ao cabo, ela não era matéria sequer exigida nos exames vestibulares de quase nenhum curso ao final da formação básica (MORAES FILHO, 1959, p. 21-22).

Pesquisas recentes sobre o ensino de Filosofia no Brasil apontam para direção similar. Assinalam que houve diversos períodos de “presença indefinida” da Filosofia nos currículos escolares (ALVES, 2002, p. 12); postulam que há um “regime de descontinuidade” da inserção curricular da Filosofia no Brasil, cuja concepção já nasce “estratificada” (MENEZES; SILVA, 2020, p. 225 *et seq*); asseveram que “o ensino da filosofia no Brasil é frágil e instável” (SARDÁ, 2018, p. 189); notam que “o movimento pendular da disciplina de Filosofia, no contexto educacional brasileiro, foi causado por razões ideológicas que inibiam o pensar crítico” (MAZAI; RIBAS, 2001, p. 12)¹, em especial no regime militar, quando a Filosofia foi “alijada no período crucial de formação do adolescente e, por motivos análogos, praticamente desaparece dos currículos superiores” (BOSI, 1992, p. 316). Este breve

¹ Sobre outras possíveis causas para a desqualificação que a Filosofia experimenta no regime militar, cf. CARMINATI, 2004, p. 8.

balanço de pesquisas sobre o tema permite compreender que “os problemas referentes à situação da Filosofia na educação escolar nacional não é uma questão apenas contemporânea, mas tem raízes históricas” (ALVES, 2002, p. 14)². Por conta disso, há inclusive quem chegue a concluir, de modo no mínimo provocativo, que “a Filosofia consumiu muito tempo aspirando a um ‘lugar’ na Educação Brasileira” (BROCANELLI, 2012, p. 56).

Assim, a presença/ausência da disciplina de Filosofia no currículo escolar comum se faz notável. Por outro lado, a disciplina de História gozou de relativa amplitude e estabilidade no mesmo período. Por anos contínuos, temas e autores da Filosofia só puderam ser discutidos em sala de aula por meio dos cursos de História, nos quais se sabe que Maquiavel teve muitas vezes um lugar. À História se incumbiu o papel de desenvolver uma formação concreta do cidadão, seja voltada para a legitimação de uma elite nacional (os “homens de escol”), seja voltada para que grupos mais amplos pudessem compreender a “evolução humana” e agir na realidade social (MANOEL, 2012). Em alguns casos, as “funções” da disciplina de História eram defendidas justamente por oposição à Filosofia, um saber que, em diversos momentos da era republicana, fora considerado por demasiado abstrato, descolado da realidade e sem aplicação instrumental.

² Dalton José Alves defende que a questão da presença/ausência da Filosofia na Educação Básica no Brasil apresenta um problema “de cunho pedagógico e tem a ver com a concepção de ensino e aprendizagem adotada. Dependendo do projeto educativo adotado isto implica em maior ou menor espaço para a Filosofia na grade curricular das escolas” (ALVES, 2002, p. 14). Para uma crítica do sistema de ensino “deficitário” dos jesuítas (com “déficit institucional”, “cultural”, problemas de métrica e escala etc.) e das limitações do ensino de filosofia na “era pós-colonial”, que “revalida, mas modifica” os problemas anteriores, cf. DOMINGUES, 2017.

Estas linhas gerais permitem entrever a relevância do estudo dos materiais didáticos de História para compreender a trajetória do ensino, e a reprodução de representações, acerca de certos filósofos e temas filosóficos no Brasil. No caso de uma investigação dedicada às interpretações do pensamento de Maquiavel em livros didáticos do Brasil, em especial, não se poderia dispensar a análise dos livros escolares de História, nos quais ele se fez presente. Este artigo traz à baila os resultados de uma investigação com este escopo, tendo por base um *corpus* de livros didáticos de História consultado ao longo do ano de 2018 no acervo eletrônico e físico do Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMAD) do Departamento de História da Universidade de São Paulo³.

Corpus, proposta e limites da pesquisa

A pesquisa se iniciou com foco nos livros de História do Brasil constantes do acervo digital do LEMAD-USP, que comporta obras dos séculos XIX e XX. Dentre os livros digitalizados, encontramos apenas dois que mencionavam Maquiavel *en passant*, um de 1876 e outro de 1952⁴. Após essa experiência, decidiu-se modificar o recorte inaugural para englobar na análise as obras das áreas intituladas “História Geral”, “História Universal” e “História da Civilização” do acervo digital e físico. Com esta nova consulta, somaram-se às duas obras mencionadas outras 41 publicadas no Brasil – com

³ Agradecemos aos professores e funcionários do LEMAD pelo auxílio na consulta e pesquisa no laboratório, bem como pela manutenção deste importante espaço de pesquisa e reflexão sobre a sala de aula.

⁴ As obras são: *Lições de Historia da Pátria*, da autoria do “Dr. Americo Brasiliense”, publicado por José Maria Lisboa da Typographia da Provincia (São Paulo), volume único, 1876; e *História da América* - Segunda série ginasial, de Alcindo Muniz de Souza, 5ª edição, Companhia Editora Nacional (São Paulo), volume único, 1952.

exceção de uma, de origem lisboeta, que circulou pelo país nas primeiras décadas do século XX. Esses 43 livros publicados entre 1871 e 2013 formam o *corpus* desta investigação⁵ (cf. Anexo).

Nossa proposta se centrou em identificar e mapear as linhas de interpretação de Maquiavel tipificáveis a partir da leitura deste *corpus*. Embora este exame esteja ancorado na amostra que obtivemos no LEMAD⁶, ele talvez possa guardar interesse tanto para estudiosos de Maquiavel preocupados com a recepção do seu pensamento e do signo do “maquiavelismo” no Brasil, quanto para pesquisadores focados em estudos sobre materiais didáticos das áreas de História e Filosofia.

⁵ Cumpre esclarecer que três das quarenta e três obras não possuem data de publicação. Contudo, pelas características da publicação, bem como pelas referências internas, identificamos que elas estão compreendidas neste mesmo intervalo temporal.

⁶ Quiçá possa estimular pesquisas mais abrangentes, que considerem aspectos distintos do tema, um volume maior e mais diversificado de materiais e outros autores. Sobre o próprio conjunto do presente *corpus*, deixamos para futuras investigações a análise do número de exemplares das edições dos manuais, a sua circulação pelo território nacional, a relação entre conteúdo e série de ensino ou as mudanças no interior das edições da obra de um mesmo autor. Pode-se, assim, esperar que as hipóteses ora apresentadas sejam recuperadas e revistas por estudos posteriores que contemplem um volume maior de fontes primárias e secundárias e/ou outras questões norteadoras.

O critério da distribuição temporal das obras do *corpus*, segundo o ano de publicação das edições consultadas, permite constatar que o volume de materiais escolares analisados cresce por década à medida que nos aproximamos dos anos 2000, concentrando-se fortemente na segunda metade do século XX (cf. Gráfico 1).

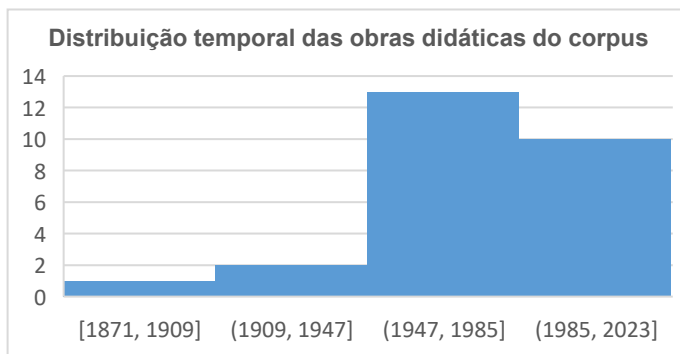


Gráfico 1 - Dados compilados pelas autoras.

Ao longo dos anos correspondentes a estas publicações ocorreram transformações técnicas, logísticas, legislativas, demográficas e educacionais significativas, que impactaram a produção e a distribuição de livros didáticos. Para tomar apenas um aspecto da questão, considere-se que no fim do século XIX os livros didáticos eram importados e quase artigo de luxo. Até meados do século XX, viriam a se tornar um produto nacional cada vez mais acessível. Com o tempo, alguns destes materiais chegaram a ser massificados, ganhando e formando novos públicos leitores.

No período que vai de 1870 a 1924, muitas mudanças ocorreram no mercado de livros escolares, que passaram de objeto raro, caro e para poucos a 'livros para todos os gostos e bolsos', 'acessíveis ao público em geral', vendidos 'a preços módicos', encontrados em vários lugares, com linguagem clara e palatável aos muitos gostos e 'sentidos'. Analisando os livros didáticos, é possível notar a ampliação de seu público-alvo. (...) [É] possível acompanhar muitas mudanças na produção do livro didático tanto nos aspectos gráficos

e técnicos, tais como formato e linguagem, o que se refletiu no barateamento da produção, na diminuição dos preços, no aumento no número de tiragens e de vendas (SILVA, 2020, p. 237).

A história das aventuras dos livros didáticos no Brasil não se separa das transformações ocorridas com o próprio sistema educacional brasileiro, bem como o das políticas públicas voltadas para o funcionamento das gráficas do país. O barateamento do processo de impressão, inclusive com incentivos fiscais, a criação de políticas para a aquisição, o comércio e a circulação das obras escolares, a ampliação do acesso ao ensino e do processo de universalização da cultura letrada, assim como o crescimento demográfico e do montante de leitores, resultaram em aumento na produção dos livros didáticos, bem como de sua distribuição.

Dito isto, não há como identificar se o *corpus* da pesquisa é representativo da realidade histórica do período⁷. Por isso, o recorte não autoriza a proceder à medição de impacto de certas representações de Maquiavel veiculadas nesta ou naquela edição de livro didático, ou mesmo no conjunto delas. Destaque-se, ademais, que as mudanças no teor das normas regulamentadoras e na forma de produção e consumo das obras, no interior do período abrangido pela pesquisa, gerou um quadro heterogêneo de informações, modos de composição, formatos das obras, perfis de autores e públicos leitores.

⁷ Embora se saiba da existência desses fatores que alteraram o mercado de produção, distribuição e circulação dos livros didáticos no Brasil, este não é o foco do presente artigo.

Pelo mesmo motivo, a disposição geográfica das editoras listadas no *corpus* não traduz as dinâmicas nacionais e regionais de produção e distribuição dos materiais didáticos do Brasil entre o fim do século XIX e o começo do século XXI⁸. Os dados refletem antes uma fotografia do acervo do LEMAD, com o filtro que propusemos⁹. E o que eles apontam quanto à distribuição geográfica das obras? Conforme se nota pelo gráfico 2, ilustram uma concentração da origem das edições na região Sudeste (93% do total), com destaque para os livros produzidos no Estado de São Paulo, que representam cerca de 83,7% da amostra.



Gráfico 2 – Dados compilados pelas autoras.

⁸ Cf. SILVA, 2014, p. 237. De resto, não deixa de ser curioso que a representação demográfica do *corpus* é semelhante à encontrada no Brasil após a política de incentivo editorial do governo Juscelino Kubitschek, quando “São Paulo e Rio de Janeiro [se tornaram] responsáveis por 59,6% do total de títulos produzidos e 82% do montante de livros impressos do setor. Já em 1973 esses números sobem para 96,6% e 97,7% respectivamente e 75% de todas as vendas em livrarias ocorre nessas duas cidades” (RODRIGUES, 2020, p. 8). No entanto, é improvável que esses índices tenham se mantido estáveis durante um século.

⁹ Nos primeiros anos do século XX, era mais barato importar livros didáticos que produzi-los no Brasil. Este cenário muda com o “surto industrial” da década de 1930, que irá aumentar a produção nacional em mais de 400% até 1950. Ainda assim, em 1947, o mercado de livros importados dos Estados Unidos e da Argentina supriam 50% da demanda brasileira. Com os incentivos fiscais do governo Kubitschek, a partir de 1956 a produção da indústria editorial triplica e supera a Argentina (RODRIGUES, 2020).

Mapeamento das linhas interpretativas

No item anterior explicamos que nosso objetivo resguarda-se em identificar e entender em que consistem as leituras de Maquiavel difundidas no Brasil nas 43 obras de nosso *corpus*. Trata-se de uma abordagem qualitativa, que é elementar quando se parte de uma perspectiva filosófica. Tal abordagem não impede, contudo, que se faça uma exploração da dimensão quantitativa destes materiais, a que somos convidadas pelo seu próprio volume.

Com vistas ao alcance das duas finalidades, qualitativa e quantitativa, as representações de Maquiavel encontradas foram divididas em três matrizes básicas – Absolutismo (A), Maquiavelismo (M) e Renascimento (R) – e suas combinações (AM, AR, MR e AMR). O gráfico abaixo assinala a incidência temporal por vintênios das publicações em que tais leituras, consideradas nos seus *agrupamentos por obra*, apareceram.

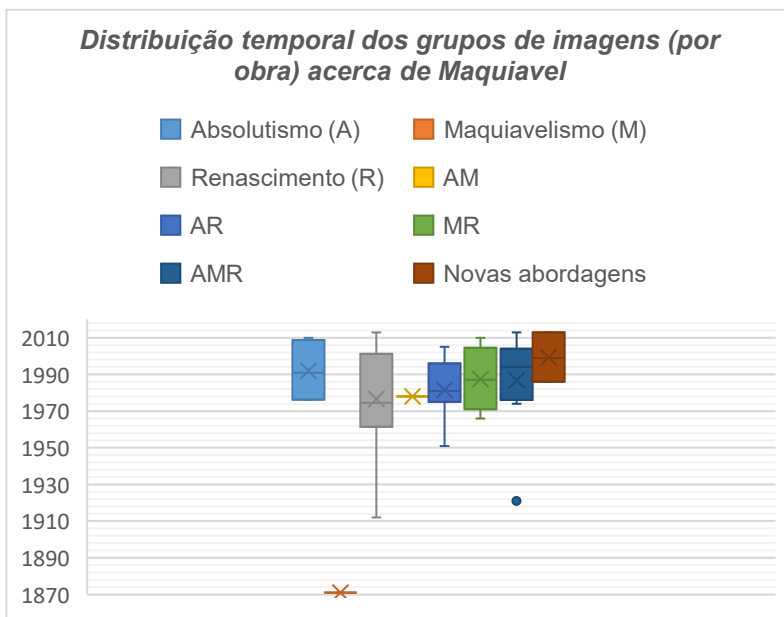


Gráfico 3 – Dados compilados pelas autoras.

Se este quadro é preciso ao apontar o conjunto de teses de cada obra, ele não permite perceber a trajetória de presença de cada tese elementar (A, M e R) nos anos cobertos pelo *corpus*. À primeira vista, a imagem pode levar a crer ter havido uma baixíssima incidência do maquiavelismo (M). De outro modo, quando buscamos ativamente todas as ocorrências de M, incluindo as aparições nos agrupamentos (AM, MR, AMR), deduz-se coisa bem distinta.

Em razão desta constatação, procedemos ao desdobramento destes grupos de leituras, separando-os pelas teses elementares (A, M e R). A seguir, reunimos todas as ocorrências pertencentes a cada um dos três tipos básicos de representação do pensamento de Maquiavel, sob o prisma da sua distribuição temporal. Com isso, obtivemos a figura abaixo:

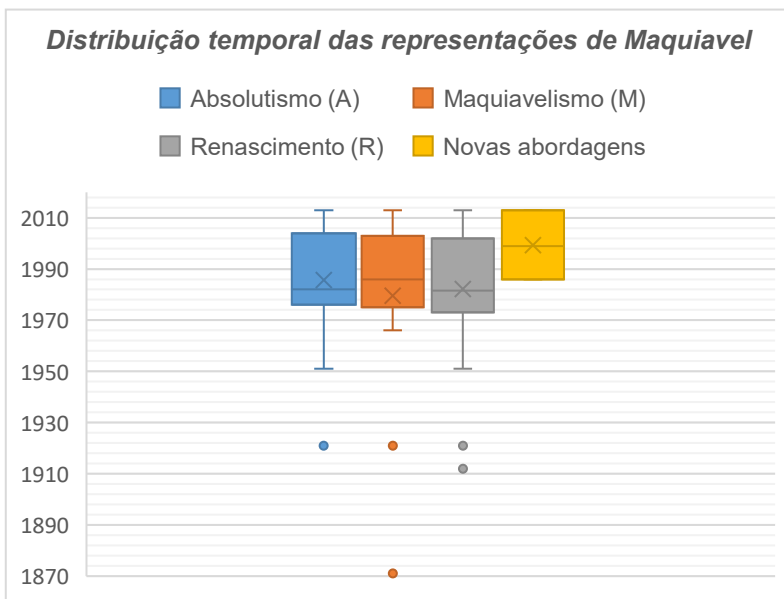


Gráfico 4 – Dados compilados pelas autoras.

Em linhas gerais, constata-se uma distribuição quase uniforme das três teses elementares no período do recorte. Se

a interpretação mais antiga é a do maquiavelismo (M), inserida em obra de 1871, e retomada no fim dos anos 1960 em diante, as demais leituras (A e R) cobrem ainda melhor todo o intervalo das publicações pesquisadas, concentradas na segunda metade do século XX.

Assim, além das versões segundo as quais Maquiavel seria o defensor da imoralidade, dissimulação e manipulação (M), há ainda, mais recorrentemente, as obras que o retratam como o representante do Renascimento Italiano ou o humanista (R). Não raro, ele é o grande dramaturgo da *Mandrágora*. A tese absolutista aparece pontualmente na década de 1920, vindo a assumir um corpo visível e recorrente sobretudo a partir da década de 1970, seja como a única versão de Maquiavel (A), seja articulada com as outras visões. Se o gráfico acima revela algum contraste mais efetivo entre as posições apresentadas, ele ocorre entre as três teses elementares relativamente às leituras emergentes (“novas interpretações”), numericamente minoritárias e de teor plural, que aparecem a partir de meados dos anos 1980 e, sobretudo, de 1990 em diante, trazendo à baila a voz da doutrina especializada e os debates que ela portava para a interpretação de aspectos polêmicos da obra do autor até então ensinados como incontroversos.

Maquiavel maquiavélico

No interior do conjunto de livros analisados, encontramos a primeira menção a Maquiavel em uma obra traduzida ao português e publicada no Rio de Janeiro pelo livreiro-editor B. L. Garnier em 1871. Trata-se do *Curso de História Universal*, "obra dedicada para uso das escolas brasileiras", da pena do Monsenhor Daniel, Bispo de Coutanges e Avranches (França), "traduzido e continuado até nossos dias pelo Dr. Joaquim Maria de Lacerda, Membro da

Arcadia Romana" (1871, p. 95). O trecho em que o florentino aparece é uma citação oriunda de obra francesa do século XIX, sem maiores especificações senão as indicadas abaixo:

‘Indiferente em materia de religião e habituada desde muito tempo a dissimular, a regente [Maria Stuart] tratou de por em pratica as maximas de seu paiz natal e aquelle principio de Machiavel, seu autor favorito: *Dividir para reinar*. Este systema de governo que consistia em manter o equilibrio entre as partes contrarias, teve sobre os costumes da epocha a mais perniciosa influencia e deu aos reinados dos dous ultimas Valois um character torpe de duplicidade e perfidia’ (“Guerras Religiosas” - Carlos IX)¹⁰.

Nesta passagem, atribui-se a Maquiavel, “autor favorito” de Maria Stuart, a responsabilidade pela elaboração da estratégia política adotada pela regente, qual seja, a de “dividir para reinar”. Identificam-se já aí algumas marcas da imagem maquiavélica projetada sobre nosso autor: a de um pensador que concebeu um “sistema de governo” com princípios e práticas “indiferente[s] em matéria de religião”, baseados em dissimulação, “perniciosa influência”, “um caráter torpe de duplicidade” e “perfídia”.

Cinco anos depois, nas *Lições de História da Pátria*, o Dr. Americo Brasiliense enuncia com palavras similares o “sistema maquiavélico”, entendido como *modus operandi* “desorganizador e faccioso das cortes de Lisboa”¹¹:

A 8 de Setembro o principe dirigiu uma proclamação aos paulistas; encontra-se esta na collecção de leis de 1822. (...) Nesse importante

¹⁰ Mantivemos em todas as citações a grafia original.

¹¹ A outra obra de História do Brasil analisada – a 5ª edição da *História da América* (1952), de Alcindo Muniz de Souza, voltada à 2ª série ginasial –, contém transcrição de uma obra de 1928, *Civilização contra a Barbárie*, de Batista Pereira, que atribui a Maquiavel o estigma da dissimulação: “Urquiza inda é para muitos um enigma. Tôda a dissimulação de Maquiavel nada vale perto da do cabecilha entreriano. Jano tinha duas caras. Ele três. Com uma sorria a Rosas, com outra ao Brasil, com a outra ao Paraguai” (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952, p. 149).

documento disse o príncipe "*que consagrava amor á provincia de S. Paulo em particular, por ser aquella que perante elle e o mundo inteiro fez conhecer primeiro que todos o systema machiavelico, desorganizador e faccioso das côrtes de Lisboa...*" (Typographia da Província de S. Paulo, 1876, p. 248)

Temos aqui, então, duas obras da segunda metade do século XIX, de matriz europeia, que difundem o maquiavelismo no Brasil no bojo do ensino formal. Veremos adiante que o terceiro livro didático que adota tal perspectiva é uma publicação lisboeta de 1921¹².

Até 1920 não encontramos mais no material pesquisado outras obras que retratem esta leitura. De fato, em 1907, na 4ª edição do *Compendio de Historia Universal* (São Paulo, Duprat & C.) do P. Raphael M. Galanti, professor do Colégio Anchieta em Nova Friburgo e sócio honorário do Instituto Histórico-Geográfico de São Paulo, não se vislumbra nenhuma referência a Maquiavel. E tampouco na 2ª edição da *História Universal* – “Lições escriptas de conformidade com o programma de 1918 do Collegio Pedro II” (Rio de Janeiro, Jacintho Ribeiro dos Santos, 1919) de João Ribeiro.

Em 1921 é publicada em Lisboa a 9ª edição do *Compendio de Historia Universal* do General José Nicolau Raposo Botelho, "antigo professor da Escola do Exército, do Collegio Militar e do Lyceu Central e Escola Normal do Porto" (Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira). Tem-se com ela a primeira obra do *corpus* que contribui para uma interpretação absolutista de Maquiavel – de que trataremos no próximo tópico do trabalho. No que tange ao maquiavelismo, dois aspectos merecem destaque: a menção expressa a *O Príncipe* como o manual que corporifica a perfídia de Maquiavel, e a

¹² Para compreender as origens do maquiavelismo europeu, cf. PROCACCI, 1965; BALSAMO, 1984; BEAME, 1982; CARTA, 2002; KELLEY, 1970; e LASTRAIOLI, 2009.

relação desta obra com “a theoria da política egoísta, que para conseguir um fim aceita todos os meios” (1921, p. 278).

As três obras realçadas (as de 1871, 1876 e 1921) contêm os principais componentes do modelo interpretativo ora intitulado de maquiavelismo. De acordo com ele, a “teoria”, o “sistema maquiavélico”, o “regime de governo” proposto por Maquiavel incorpora a dissimulação, a duplicidade de caráter, a perfídia e o egoísmo como expressões de um estrategismo que não encontra barreira de nenhuma ordem. A “indiferença” ou contrariedade aos preceitos morais e religiosos traduz a ideia de que, para o florentino, “um fim aceita [ou justifica] todos os meios”. Diante da finalidade de manter o domínio sobre o governo, a promoção do facciosismo, que divide e desorganiza a cidade para desta situação extrair vantagens políticas, parece plenamente fundamentada. Seriam estas as lições deixadas por Maquiavel n’*O Príncipe*, uma obra-síntese cuja imoralidade é não raramente censurada.

Os elementos deste arcabouço interpretativo foram replicados, com algumas variações e adições, em livros didáticos posteriores. Em obra de 1961, cuja primeira edição data de 1949, Borges Hermida retoma duas características acima elencadas, a perfídia e a legitimação do emprego de quaisquer meios para atingir um fim político, conjunto a que atribui o expreso nome de “maquiavelismo”¹³. Aduz, ainda, bem alinhado a seus antecessores, que o fundamento desta doutrina se manifesta n’*O Príncipe*. Mas há uma novidade aqui, certamente sintática e talvez também conceitual, ao menos no interior da cronologia que ora traçamos, pois o autor introduz a ideia de que o fim justificador das medidas do governante,

¹³ A primeira edição da obra data de 1949 (Coleção Didática do Brasil, Editora do Brasil), mas não tivemos acesso a ela.

isto é, o critério da ação política, não é a manutenção do domínio do governo sobre os súditos, mas o “bem do Estado”.

Maquiavel escreveu o *Príncipe*, notável estudo sobre os chefes de Estado de seu tempo; dessa obra derivou-se a expressão *maquiavelismo* que é a justificação de todos os meios empregados pelos governantes, mesmo os que a moral condena, desde que sejam para o bem do Estado (*História Geral*, 16ª edição, 1961, p. 31).

O autor não se alonga na explanação de que bem seja este e se, afinal, ele equivale de todo modo apenas à manutenção do governante no poder¹⁴. Registremos, contudo, que anos depois surge uma expressão que parece fazer alusão a esta, mas que na história da Filosofia Política tem uma vida longa e própria: a fórmula “razão de Estado”. Ela frequentemente será intercambiada com a ideia de que os fins justificam os meios e de que como os fins envolvem a “razão de Estado” (com múltiplas vertentes do que isto significa¹⁵), os meios empregados podem ser ilimitados.

Em 1966 a tese maquiavélica reaparece na 1ª edição da *História Geral – Moderna e Contemporânea*, de Washington dos Santos e Umberto Augusto de Medeiros (1966, p. 149). Os termos utilizados pelos autores se encontram no repertório de ideias já conhecido, mas dois aspectos merecem atenção. Primeiro, a tese de que *O Príncipe* consiste em um manual que propõe ao rei um modelo ideal de formação e conduta (“na sua obra O PRÍNCIPE apresenta as qualidades ideais do

¹⁴ Registre-se que uma obra publicada trinta anos depois segue diretriz semelhante. Afirma-se que o príncipe deve agir como for necessário para satisfazer os interesses do Estado, “mesmo no uso da violência” (José Jobson de A. Arruda e Nelson Piletti, *Toda a História*, 4ª ed., 1996, p. 168). O que seriam esses interesses é algo que fica por detalhar.

¹⁵ Sobre os antecedentes do conceito no período medieval (*ratio status regni*) e seus usos no século XVI, cf. SFEZ, 2020, caps 1-3.

príncipe”)¹⁶. Segundo, uma abordagem do *topos* de que “os fins justificam os meios” que, pela primeira vez no *corpus*, torna o resultado da conduta um fator determinante para a apreciação da sua validade, “tudo deve ser permitido, contanto que coroado pelo êxito”. Apesar de haver limitações (como o esquematismo, certa descontextualização e poucos desdobramentos), a introdução deste condicionante abrandava a acidez da outra versão maquiavélica desta tese, aproximando o livro didático do texto de Maquiavel¹⁷.

Esta inovação hermenêutica restou incorporada em obras posteriores, como a *Nova História* de Ricardo de Moura Faria e Adhemar Marques. Lemos ali: “[Maquiavel] afirma que os fins justificam os meios e, portanto, é lícito ao príncipe lançar mão de quaisquer medidas, *desde que a grandeza do Estado seja alcançada ou mantida*” (1982, p. 65, grifamos). Algo semelhante consta do livro didático *História e consciência do mundo* (1994, p. 187), de Gilberto Cotrim. Com isso, a ênfase moralista que observamos nos livros do início do século se torna menos nítida.

Ocorre que tais leituras são minoritárias no interior da presente categoria. De um modo geral, a ideia de que “os fins justificam os meios”, a mais recorrente do paradigma

¹⁶ José Jobson de A. Arruda e Nelson Piletti, em *Toda a História* (4ª ed., 1996, p. 133), enveredam no mesmo sentido: “[u]ma das maiores obras florentinas é *O Príncipe* de Maquiavel, espécie de manual de política destinado a ensinar aos príncipes como manter o poder, mesmo contra a moral cristã”. No comentário especializado sobre Maquiavel encontramos leitura semelhante em Quentin Skinner, para quem *O Príncipe* participa do gênero textual dos espelhos de príncipes (*specula principum*), que propunham modos de comportamento ideais para os príncipes. De acordo com este célebre estudioso, haveria aí um ponto de continuidade entre *O Príncipe* e seus congêneres humanistas e medievais (SKINNER, 1996, parte II, cap. 5).

¹⁷ Sobre este tema, cf. ARANOVICH, 2014, p. 21-36.

maquiavélico, foi difundida sobretudo na sua formulação incondicional desde o início até o fim de nosso recorte. Eis o que se testemunha, ilustrativamente, no material de cursinho do Anglo (2002, p. 91); nos livros *História para o Ensino Médio*, de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo (2005, p. 180-1), *História em Movimento*, de Gislane Campos Azevedo e Reinaldo Seriacopi (2010, p. 245); e Estudos de História, de Ricardo de Moura Faria, Mônica Liz Miranda e Helena Guimarães Campos (2010). Na obra *História: de olho no mundo do trabalho*, os autores Heródoto Barbeiro, Carlos Alberto Schneeberger e Bruna Renata Cantele (2004, p. 168) relacionam expressamente a autorização para que o governante aja desonestamente a fim de se manter no poder, a expressão de que “os fins justificam os meios” e a alcunha do “maquiavelismo”. N’O *Príncipe*, Maquiavel “expunha a ideia de que o soberano não devia ter escrúpulos para manter o controle sobre o Estado. Para ele, os fins justificam os meios. De seu nome deriva o termo maquiavelismo”. Em outra passagem, os autores procuram amenizar as duras críticas que Maquiavel experimentou por conta desta sua teoria, postulando que o que ele propunha não era mais que a “dura realidade daqueles que almejavam a posse do poder” (2004, p. 168).

A partir da década de 1980, veremos em tópico adiante, surgem novas interpretações de Maquiavel. Quando colocam ênfase na possibilidade de quebra de regras morais, tais leituras associam a ação do príncipe à exigência, que recai sobre ele, de efetivamente “garantir a segurança e a prosperidade de toda a nação” (Pedro Sérgio Pereira e Robson Alexandre de Moraes, *História*, 2ª ed., 2001, p. 39). Destoam, portanto, da versão carregada do maquiavelismo que vimos até aqui e que parece se enfraquecer lentamente, à medida que as décadas avançam.

Maquiavel absolutista

No *corpus*, a primeira menção à relação entre o pensamento de Maquiavel e o absolutismo reside em uma obra didática portuguesa de 1921, da pena do General José Nicolau Raposo Botelho. O escritor atribui a Maquiavel o papel histórico de ter contribuído para fundamentar tanto a imoralidade quanto os governos absolutistas. Agora é este segundo aspecto que nos interessa.

Machiavelo nasceu em 1469, em Florença, e foi secretario da república. Desejando que na Itália apparecesse um soberano assaz poderoso para rebater as tentativas de dominação então feitas pelos franceses e os hespanhóis, e para fundar a unidade nacional escreveu o célebre livro *O Príncipe*, no qual fez a theoria da política egoísta, que para conseguir um fim aceita todos os meios, ainda os mais pérfidos. As suas máximas tornaram-se infelizmente durante três séculos a moral dos homens de Estado da Europa, e deram também o seu contingente para a consolidação do poder absoluto dos reis (*Compendio de Historia Universal*, 1921, p. 278).

Os elementos que compõem o retrato do Maquiavel absolutista são a concentração de poderes, a busca pela unidade nacional e o uso instrumental da razão para fins de estratégia e cálculo. Alguns deles encontram-se em materiais escolares brasileiros posteriores. Em *História*, por exemplo, Renato Mocellin atrela o processo de centralização do poder ao absolutismo monárquico, posição que teria sido defendida em *O Príncipe* senão diretamente para a instalação de um poder absoluto, ao menos com vistas à “manutenção do Estado forte” (2005, p. 183). Além disso, a ideia de que “os fins justificam os meios” também aparece no encadeamento argumentativo de interpretações que procuram oferecer as provas de assunção do absolutismo por parte de Maquiavel. Mas para que de um ponto se chegue ao outro os autores traçam diferentes percursos, que gostaríamos de detalhar agora.

Na obra do General Botelho encontramos a ideia de unidade nacional, fim em nome do qual tudo se justificaria. Já na *História Geral* de Heródoto Barbeiro (1976, p. 188), como em *História: de olho no mundo do trabalho*, do mesmo autor, em coautoria com Carlos Alberto Schneeberger e Bruna Renata Candele (2004, p. 189), o raciocínio passa pela garantia do “bem do Estado” enquanto finalidade última que se impõe sobre quaisquer interesses individuais e conduz à formação de um regime absoluto. A *História Geral das Civilizações*, de Paulo Miranda Gomes, Nelson de Moura e Alaíde Inah González (1977, p. 123) toma caminho similar, ao defender que todo ato do soberano é válido desde que “útil à segurança do Estado e à expansão nacional”. Já na *Nova História*, de Ricardo de Moura Faria e Adhemar Marques (1982, p. 65), isto ocorre porque cabe ao príncipe a “manutenção da ordem e da prosperidade nacional”, bem como da “grandeza do Estado”. A unificação nacional italiana e a preservação do governo são os fins subjacentes à teoria absolutista presente n’O *Príncipe* de Maquiavel, segundo Florival Cáceres (1988, p. 92 e 115).

Ainda, na *História Geral das Civilizações* considera-se que a moral medieval constituía até então um limite para o poder político. Maquiavel aboliria esta barreira, ao tornar os valores morais superáveis ou ignoráveis em face de supostos fins políticos maiores, abrindo as portas para o poder absoluto do governante. Esta leitura reaparece em outros livros didáticos, como *História das Sociedades*, de Aquino, Jacques, Denize e Oscar [sic] (1978, p. 30). Os autores arguem que Maquiavel despreza a ideia medieval de que a “lei moral” poderia limitar a autoridade do governante. Assim, nenhum critério exterior ao poder político (como a moralidade ou a religião) pode restringi-lo, de modo que ele se perfaz ilimitado. A única obrigação do dirigente reside então em “manter o poder e a segurança do país que governa”, podendo recorrer aos meios necessários para tanto. Por fim, em uma via um

pouco distinta, o absolutismo de Maquiavel pode ser reconhecido pelo emprego decisivo de uma razão estratégica e retórica que, articulada com a superioridade do Estado em relação aos indivíduos, levaria à “justificativa [de] utilização da violência”. Desse modo, estaria criada uma “teoria do poder absoluto” (José Jobson de Andrade Arruda, *História Moderna e Contemporânea*, 1981, p. 62).

Considerando a diversidade de linhas interpretativas mencionadas acima, pode-se assinalar que na base da demonstração argumentativa de que Maquiavel seria um autor absolutista observam-se nos materiais didáticos os seguintes termos: a concentração de poderes, a busca pela unidade nacional, o uso instrumental da razão tanto para a montagem de estratégias e cálculos, quanto para fins de legitimação da experiência da violência, e a tese de que “os fins justificam os meios”. Quando apontados, estes “fins” costumam ser: a unidade nacional; o bem do Estado; a segurança do Estado, a manutenção da ordem; a preservação do governo; a expansão nacional; a prosperidade nacional; e a grandeza do Estado. Em alguns materiais escolares, já vimos, mais de um desses aspectos são mencionados ao longo da exposição. Dentre os mais recentes, isto ocorre em *História e consciência do mundo*, de Gilberto Cotrim (1994, p. 186-7), e em *História*, de Pedro Sérgio Pereira e Robson Alexandre de Moraes (2001, p. 39), para nos restringirmos a apenas dois deles.

É curioso notar que os *livros brasileiros* que adotam a matriz absolutista só apareçam, no interior do *corpus*, entre o fim da década de 1950 e o início da de 1960 e dêem mostras de sua permanência até 2010¹⁸. Algumas destas obras

¹⁸ Em outro eixo, que não deixa de constituir um indício dos modos de recepção da obra de Maquiavel no Brasil, data de 1961 a publicação da primeira edição do libelo *Vargas, o maquiavélico*, da pena de Affonso Henriques. O autor, afiliado às ideias e concepções conservadoras da UDN,

apresentaram grande sucesso editorial. Em 1974, por exemplo, a *História Geral* de A. Souto Maior já alcançava a 15ª edição pela Companhia Editora Nacional. Nela o autor postulava que *O Príncipe* era um “tratado de ciência política e também de absolutismo” (SOUTO MAIOR, 1974, p. 287-288). Se muitos textos procuram apresentar razões para o enquadramento de Maquiavel como absolutista, como vimos acima, deve-se mencionar a parte considerável dos trabalhos alinhados a esta leitura que não vão além da simples afirmação desta tese, sem que haja uma tentativa de demonstração dos seus fundamentos¹⁹.

Maquiavel renascentista

A incidência temporal das menções a Maquiavel como autor renascentista (juntamente com outras matrizes ou não) sucede desde as primeiras décadas do século XX aos primeiros anos do século XXI. Enquanto versão exclusiva relativa a Maquiavel, a tese teve sua maior força especialmente entre 1950 e a década de 1970. A inclusão do autor dentre os renascentistas italianos, humanistas e/ou grandes escritores do Renascimento por meio da simples identificação de um ou dois de seus escritos viria a se tornar um *topos* dos materiais didáticos de História até o século XXI. No capítulo dedicado ao Renascimento, no interior da 3ª edição da *Historia da Civilização: Lições* (Francisco Alves & C., 1912, p. 157), de José E. C. de Sá e Benevides, por exemplo, consta apenas que Maquiavel fosse “grande prosador”.

procura lançar sobre Getúlio Vargas a imagem de tirano inescrupuloso que exsurge de Maquiavel. Ao que parece, tal obra teve mais de uma edição na mesma década. Cf. FERREIRA, 2015, p. 253-273.

¹⁹ Por exemplo, na *História Geral* de Ládmo Vulture (1975, p. 164); *História Geral* de Arnaldo Fazoli Filho (1978, p. 228); *História*, de Ilmar Rohloff de Mattos et. al (1977, p. 90); Anglo (2002, p. 111).

Quando expõe-se a motivação deste tipo de enquadramento, Maquiavel é considerado um autor renascentista por dois motivos: sua inserção histórica, tanto temporal quanto geograficamente, nos processos de transformação social, política e econômica de Florença, a capital do Renascimento Italiano nos séculos XV e XVI; e a identificação de características do Renascimento na sua vida e obra. Muitos livros destacam expressamente o brilhantismo e a grandeza literária de sua pena: “(...) grande prosador, Machiavel”. (BENEVIDES, José, *Historia da Civilização: Lições*, 1912); “Na litteratura brilharam durante a Renascença: Ariosto e Machiavelo na Itália” (BOTELHO, General José Nicolau Raposo, *Compendio de Historia Universal*, 1921); “Foram notáveis, na literatura italiana do Renascimento: Maquiavel (1469-1527), autor do *Príncipe*, obra política, e das *Histórias Florentinas*” (SOUZA, Alcindo Muniz de, *Historia Geral*, 1951); “[dentre os literatos, destaca-se] Maquiavel, autor de ensaios políticos, entre os quais é famoso o estudo denominado *O Príncipe*” (LOBO, R. Haddock, *História Moderna e Contemporânea e História do Brasil*, 1959); “Os principais escritores do Renascimento foram os prosadores Maquiavel e Guicciardini e os poetas Ariosto e Tasso” (MUSSUMECCI, Victor, *História Geral*, 1970).

Sobretudo a partir de meados da década de 1970, características marcantes do período, como o antropocentrismo, o racionalismo e o individualismo, passam a ser associadas diretamente à obra política do autor, sobretudo a *O Príncipe*, mas também à sua produção dramatúrgica, com acento sobre a *Mandrágora*. Em uma obra coletiva de 1975, *História da Civilização: área de estudos sociais*, Sérgio Buarque de Hollanda, Carla de Queiroz, Sylvia Barboza Ferraz e Virgílio Noya Pinto (1975, p. 172) escrevem, em meio a uma citação do capítulo XXV d’*O Príncipe*: “O homem do Renascimento (...) deveria saber guerrear com bravura, ser um político astuto, um hábil diplomata, um governante de

pulso (...) e ser, antes de mais nada, responsável por si mesmo”. É assim que o príncipe de Maquiavel se torna o modelo ora do governante, outrora do homem do Renascimento, transformando-se em testemunho da visão de mundo de toda uma época.

A *História Geral*, de Raymundo Carlos Bandeira Campos, percorre via semelhante. Para ele, o próprio absolutismo é parte do espírito da época, que a obra de Maquiavel encarna:

Na época do Renascimento, as monarquias nacionais formadas na Europa Ocidental evoluíram para uma ampliação cada vez maior do poder político dos reis, que se foram transformando em monarcas de poderes absolutos. Todas essas mudanças refletiram-se na obra tipicamente renascentista de Nicolau Maquiavel, *O Príncipe* (CAMPOS, *História Geral*, vol. 2, 1981, p. 30).

O autor ainda lembra que a razão se tornou a fonte do conhecimento, o que conduziu ao estabelecimento de uma nova filosofia, que se afastava de certas concepções medievais. Ela derivava de um novo homem, o burguês, cujas principais características seriam “individualismo, hedonismo e naturalismo”, sob inspiração dos exemplos dos antigos. O humanismo de Maquiavel anuncia a Modernidade em diversas frentes – na teorização do Estado, da (ciência) política, do método histórico, do desenvolvimento do teatro. Surge, então, uma razão objetiva, crítica e, a um só tempo, cínica.

[no item “Os gênios do Renascimento Italiano”] Maquiavel foi duramente criticado por seu cinismo e desprendimento. No entanto, o que escrevia era a dura realidade daqueles que almejavam a posse do poder. Escreveu o “Príncipe”, obra clássica para os que querem se instruir em ciência política. O gênio de Maquiavel, aplicado a seus estudos de História, deu-lhe uma posição crítica, dissociando a verdade da lenda e da fantasia. Sua “História de Florença” é o maior testemunho de seus trabalhos. Maquiavel andou ainda pelos caminhos do teatro, tendo feito uma crítica muito fina e cortante sobre a sociedade de sua época na obra “A Mandrágora” (BARBEIRO, Heródoto, *História Geral*, 1976)

[No campo da literatura] [d]estaca-se Maquiavel (*O Príncipe, Mandrágora*), sendo a primeira obra citada responsável pela subversão das doutrinas políticas da Id. Média, especialmente as ideias de governo limitado e emprego da ética em política. Considerado um cínico, não se pode esquecer que baseava-se na realidade da Itália de sua época; destacou-se pelo patriotismo ao pregar a unidade italiana, o que não se realizou, entretanto. Quanto à *Mandrágora*, é considerada a principal peça teatral do Renascimento italiano. O espírito crítico e cínico de Maquiavel se revela nesta comédia, em que satiriza a sociedade renascentista (MARQUES, Adhemar Martins; FARIA, Ricardo de Moura, *Nova História*, 1982)

Outros dois temas são inseridos no tópico do Renascimento e se repetem. Primeiro, o da defesa da unificação italiana, não como um ideal teórico individual, mas como sinal representativo de uma época e do enraizamento histórico do autor. Depois, o da separação entre religião e política, público e privado, que configuraria um modo de ruptura com o mundo medieval. Nesse sentido, *litteris*:

[Cinquecento] Na política, a grande figura foi Maquiavel (1469-1527). Suas obras principais são Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio (obra histórica), *Mandrágora* (obra teatral) e *Príncipe*. Toda sua obra foi dominada fundamentalmente pela ideia da unidade italiana e a busca dos meios para essa unificação, discutindo as formas de governo mais apropriadas para sua preservação (CÁCERES, Florival, *História Geral*, Minas Gerais: Lê, 1988, p. 92).

(...) ao separar a política da religião, Maquiavel é um típico representante do espírito humanista do Renascimento. Entre suas obras, conta-se também uma das melhores peças teatrais da Itália da época - *A mandrágora* (MARANHÃO, Ricardo; ANTUNES, Maria F., *Trabalho e Civilização*, São Paulo: Moderna, 1999, p. 148 – box “Maquiavel e a unificação italiana”).

No âmbito da literatura e do pensamento político, o Cinquecento produziu autores de importância universal, como Ludovico Ariosto, Torquato Tasso e, principalmente, Nicolau Maquiavel (1469-1527). Escritor, historiador e cientista político, Maquiavel é o autor da obra *O Príncipe*, tratado no qual faz uma reflexão sobre a natureza do poder político e dá conselhos aos soberanos sobre a melhor forma de

constituir um governo centralizado e de unificar a península itálica. (DIVALTE, *História*, São Paulo: Ática, 2002, p. 106).

Assim, as características do Renascimento vislumbradas na obra de Maquiavel por alguns autores são antropocentrismo, racionalismo, individualismo, absolutismo, florescimento da literatura e do teatro, desenvolvimento de razão crítica, científica, cínica, objetiva e calculista. Excepcionais são os livros didáticos que se lançam à justificação teórica da categorização da *Mandrágora* como exemplo de texto renascentista. A *História Geral das Civilizações*, de Paulo M. Gomes, Nelson de Moura, Alaíde I. González é um deles. Os autores propõem que ela seja representativa por apresentar “realismo intelectualista (...), culto da forma, linearismo e objetividade”, típicos do Renascimento (10ª ed., 1977, p. 108).

Novas interpretações

No período de 1980 a 2010 presenciaram-se sinais de que um sutil processo de transformação do comentário didático sobre Maquiavel estaria em curso, graças a publicações que dissentiram das matrizes do absolutismo e do maquiavelismo. Tais deslocamentos foram minoritários e, por vezes, ocorreram nas mesmas obras que continham elementos destas mesmas matrizes. Apesar das ambiguidades e até das contradições, eles não podem ser ignorados, à medida que apontam para a possibilidade de estabelecimento de novos paradigmas no âmbito da leitura didática de Maquiavel no país – o que talvez se dê no sentido de uma aproximação maior de posições discutidas por acadêmicos e especialistas no filósofo.

Ao analisar as obras de 1980 a 2010, identificaram-se duas mudanças importantes comparativamente às dinâmicas até então vislumbradas. A primeira consistiu no enfraquecimento da leitura do absolutismo. Este

enfraquecimento ocorreu de três distintos modos: (a) pelo reconhecimento da existência de divergências entre intérpretes da obra, de modo a tornar claro ao menos que a tese absolutista não seria consensual; (b) pelo maior espaço para a expressão “Estado forte”, em detrimento de “regime tirânico”, “despotismo” e similares, abrindo as portas para uma reflexão mais complexa sobre a relação entre violência e política; e (c) pela rejeição explícita da versão absolutista.

Na *História Geral* (vol. 2, 1981), Raymundo Carlos Bandeira Campos afirma que Maquiavel, um “observador do seu tempo”, tornou *O Príncipe* um retrato dos tiranos de sua época. Mas que tipo de retrato seria este? Segue o autor: “para alguns”, *O Príncipe* encetaria uma “apologia dos governos fortes” (1981, p. 30). É desse modo cauteloso que o autor transmite a tese de um poder concentrado do governante, sem contudo precisar subscrever expressamente a visão absolutista, sintoma da transformação a que nos referimos.

Cinco anos depois, a 1ª edição da *História Moderna e Contemporânea* de Carlos Guilherme Mota (1986), professor titular da Universidade de São Paulo, dedicou três páginas à figura de Maquiavel e ao seu contexto histórico. O livro constitui um marco nas abordagens didáticas contemporâneas sobre Maquiavel²⁰. É verdade que a partir d’*O Príncipe*, o texto-base da análise, o autor repisa ideias tradicionais como o chavão de que “os fins justificam os meios” ou a tese da defesa de uma razão de Estado. Mas aqui, mais uma vez, Maquiavel “defende o Estado forte”, não o absolutismo. Além disso, o autor não se cinge a transformar Maquiavel em um representante paradigmático de correntes de pensamento de sua época. De modo inédito no *corpus*, ele mostra que a teoria

²⁰ O autor se mostra consciente da originalidade do seu trabalho não só no tratamento do Renascimento, mas na sua forma de compreensão da História no âmbito escolar, o que se pode aferir na “Apresentação” da obra.

do pensador apresentou pontos de distanciamento inclusive relativamente a seus contemporâneos, ao mesmo tempo em que esteve plenamente inserida na História. Por fim, o professor alude ao dissenso no que concerne ao destinatário de *O Príncipe*, de modo a transfigurar todo o sentido tradicionalmente atribuído à obra. Dando voz à leitura de Jean-Jacques Rousseau, lembrou que o filósofo iluminista “demonstrou o amor à liberdade do florentino, que parecia dar lições ao rei, quando na verdade se dirigia ao povo”.

Trabalhos posteriores dão continuidade ao vetor de enfraquecimento da tese absolutista, por meio das vias “a” e “b” indicadas e exemplificadas acima²¹. Anos depois, encontramos uma publicação que atrai atenção por rejeitar frontalmente a interpretação absolutista (“c”). Segundo o professor e autor da obra didática, “Maquiavel não pode ser considerado um idealizador do absolutismo; contudo, ele reconstruiu o significado da ação política no mundo moderno” (CATELLI JR, 2013, p. 33).

Ainda na década de 2010, vislumbra-se a primeira declaração de que Maquiavel seria um pensador republicano. Ela aparece em *Conexões com a História*, de Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira (vol. 1, 2010, p. 280). Os autores associam a sua posição republicana à teorização do “poder soberano” em *O Príncipe*, ainda que sem maiores explicações: “Nicolau Maquiavel – O pensador republicano italiano elaborou a primeira teoria do poder soberano em sua obra *O Príncipe*, escrita em 1513”.

²¹ Por exemplo, Antonio Pedro (1988, p. 149-150) defende que Maquiavel objetivou construir um “estado forte” e com coesão social, mas isto não o alistaria necessariamente dentre os absolutistas. Já Ricardo Maranhão e Maria Fernanda Antunes, em *Trabalho e Civilização* (vol. 2, 1999, p. 148) contextualizam a vida de Maquiavel e apontam explicitamente a existência de um debate, no campo do comentário, acerca do sentido de *O Príncipe*.

Assim, as décadas de 1980 a 2010 testemunham a aparição de obras que não apenas revolvem a leitura sedimentada do absolutismo como passam a questioná-la. Mas há uma segunda mudança relevante proporcionada por estas novas interpretações constantes de obras didáticas do *corpus*, atinente à matriz do maquiavelismo. Surgem obras que, valendo-se de distintas estratégias, neutralizam o juízo condenatório moral anteriormente prevalente, por meio da adoção de concepções que vão da leitura da “amoralidade”, da “independência da moral” e até da “nova moralidade”, que seriam propostas por Maquiavel.

Segundo Raymundo Carlos Campos (1981, p. 30), ilustrativamente, a política em Maquiavel tem uma moral que lhe é própria e que advém de seu tratamento como “ciência”. Carlos Guilherme Mota (1986, p. 14-16) propõe que Maquiavel não é um autor da imoralidade ou da amoralidade, mas da “independência em relação à Igreja”, no bojo de um processo de secularização da política que releva “uma nova moral”, “autoritária e laica (não religiosa), a-ética segundo alguns, sobretudo se comparada às rígidas concepções medievais”. Antonio Pedro (1988, p. 149-150) toma via semelhante à de Raymundo Campos – a política é uma ciência; logo, desvinculada da moral e da religião. Gilberto Cotrim (1994, p. 186-7), a seu turno, aponta a coexistência diferencial entre uma “moral individual” e uma “moral pública”.

Ricardo Maranhão e Maria Fernanda Antunes (1999, p. 148), como muitos outros autores²², assinalam a separação entre política e religião, além de descaracterizarem o maquiavelismo enquanto doutrina explicativa de Maquiavel,

²² Ricardo de Moura Faria, Mônica Liz Miranda e Helena Guimarães Campos (2010); João Paulo Mesquita Hidalgo Ferreira e Luiz Estevão de Oliveira Fernandes (2013, p. 212).

tomando-o como construção a ser compreendida no interior de um debate entre atores historicamente posicionados. Dizem eles que “seus críticos [os de Maquiavel] consideram a obra imoral, pois parece defender a ideia de que 'os fins justificam os meios', ou seja, em política vale tudo para conquistar o poder. Chegaram a criar o termo 'maquiavélico' para se referir a um político hábil e sem princípios morais”. Roberto Catelli também apresenta criticamente os bordões da doutrina maquiavélica projetada sobre o florentino. Para este escritor e professor, Maquiavel compreende a política como “reinado das estratégias”, no qual está em questão a sobrevivência das pessoas e a luta entre elas. Daí sua relação particular com a moral.

Você já deve ter ouvido falar que uma pessoa é ‘maquiavélica’. A utilização desse termo tem relação com o pensador florentino, porém possui um sentido pejorativo: maquiavélico seria, no uso corrente, aquele capaz de fazer qualquer coisa para atingir seus objetivos, incluindo traição, perfídia e atitudes desleais. Mas será que Maquiavel defendia atitudes desse tipo? (CATELLI, 2013, p. 33).

Os autores desse período, assim, propõem diferentes modos de leitura da relação entre a obra de Maquiavel e a moralidade. Cada uma a seu modo passa ao largo da adoção pura e simples da tradicional tese do maquiavelismo.

Por fim, merece registro a novidade que constitui o recurso expresso a reflexões de especialistas em Maquiavel, como se observa em *Conexão História* (2013), de Roberto Catelli Jr.. Este autor dedica uma página bem escrita para tratar da biografia e do pensamento de Maquiavel, acompanhada pela primeira citação expressa de um estudioso – a professora Maria Tereza Sadek, de cujo artigo intitulado “Nicolau Maquiavel”, pertencente ao livro *Clássicos da Política*, de Francisco Weffort (São Paulo: Ática, 1993, p. 17-8), uma obra significativa na história dos estudos de teoria política e de filosofia política no Brasil recente, transcreve-se um excerto.

Também encontramos neste grupo a expressa menção a controvérsias entre os especialistas em Maquiavel.

Considerações finais

Nesta pesquisa, fez-se um exercício de identificação e mapeamento das representações do pensamento de Maquiavel reproduzidas em 43 livros didáticos encontrados no Brasil (42 brasileiros e 1 lisboeta), concernentes à disciplina de História, publicados entre 1871 e 2013, e constantes do acervo físico e virtual do LEMAD. Os resultados desta análise indicaram a presença de três principais paradigmas interpretativos do pensamento de Maquiavel: absolutista, maquiavélico e renascentista. Não repisaremos os detalhes encontrados em cada um deles.

Interessa notar que a primeira tradução ao português do livro maquiaveliano mais citado nos materiais didáticos, *O Príncipe*, de “Nicholas Machiavel”, só foi publicada em 1933, no Rio de Janeiro, por Calvino Filho Editor (tradução de Elias Davidovich). Isto significa que os primeiros comentários didáticos do recorte foram difundidos antes que o acesso direto à obra do escritor fosse possível no Brasil²³. Pode-se, então, aventar a hipótese de importação de leituras estabelecidas em Portugal, ao menos no fim do século XIX e nas primeiras décadas de 1900. Neste caso, há de se atentar ao fato de que a interpretação da obra do secretário florentino que “ficaria arraigada na lusofonia — conforme depreende-se do exame dos dicionários de português —, permanecendo

²³ Mas não foram só os comentários didáticos que antecederam a publicação d’*O Príncipe* em solo brasileiro: a primeira edição de *Machiavel e o Brasil*, de Octavio de Faria, foi publicada em 1931; a segunda, em 1933 (editora Civilização Brasileira). Em Portugal, a primeira tradução integral d’*O Príncipe* só será publicada em 1935 (com tradução de Francisco Morais, pela Livraria Editora Coimbra).

inalterada até o século XX” era de “de matriz inquisitorial” (BAGNO, 2014, p. 3).

Por esta via, as teses absolutista e (anti-)maquiavélica poderiam ter sido facilmente transplantadas ao Brasil. Tudo indica que é o caso da obra lisboeta que incluímos na análise. Além disso, a tradução brasileira de 1871 de um livro didático francês, parece assimilar, outrossim, a tradição do anti-maquiavelismo desenvolvido na França no período das guerras de religião (cf. BALSAMO, 1999; BEAME, 1982; CARTA, 2002; KELLEY, 1970; LASTRAIOLI, 2009). Embora este tipo de leitura possa ser compreendida a partir de um contexto histórico particular, ao ser exportada para outras épocas e lugares de modo descontextualizado, ganha certa autonomia em relação à sua origem e agrega significados oriundos do momento da recepção de seu enunciado e de sua reprodução. No Brasil, os casos de *Machiavel e o Brasil* (1933) de Octavio de Faria e de *Vargas, o maquiavélico* (1961), de Affonso Henriques, são exemplares²⁴.

A perseverante consistência das leituras absolutista e maquiavélica no *corpus* nos indaga a respeito de suas causas. Sobre isto, restam mais dúvidas que certezas: o forte enraizamento na história das ideias políticas europeias é suficiente para explicar o fenômeno que identificamos? Haveria fatores endógenos relevantes, como a dinâmica de retroalimentação de conteúdos didáticos no Brasil? Que outros gêneros textuais²⁵ e não-textuais circularam representações de Maquiavel e lhes deram sobrevida ou nova vida no Brasil? O que, na forma de produção e reprodução dos materiais didáticos da segunda metade do século XX permitiu

²⁴ Cf. Sadek (1978) e Ferreira (2015).

²⁵ Cf. Escorel (1958), Franco (1978), Ferreira (2015), Bagno (2014), Bagno e Monteiro (2015), Di Carlo (2018), Cortina (2000) e Salatini (2011).

aproximá-los ou distanciá-los das leituras acadêmicas (brasileiras e estrangeiras)?

O que o quadro traçado permitiu constatar é que certos elementos que compõem o arcabouço conceitual sobre o qual aquelas três leituras básicas se apoiam são emprestados entre elas. Isto foi observado, por exemplo, com o lema “os fins justificam os meios”, mobilizado tanto como fundamento do suposto maquiavelismo do florentino quanto de seu absolutismo. Em outro caso, a busca de unidade nacional ora foi tida como traço absolutista, outrora renascentista. Embora seja possível traçar vínculos entre estas distintas formulações – como ao defender que o absolutismo seja um fenômeno típico do Renascimento –, esta dinâmica global demonstra que os escritores das obras didáticas nem sempre compartilham dos mesmos pressupostos teóricos, metodológicos e conceituais, embora nominalmente pareçam se referir às mesmas ideias. Mais que isso, ao extraírem conclusões distintas a partir de um mesmo termo gerador, permitem induzir, implicitamente, o emprego não consensual de conceitos políticos centrais para a apresentação da obra de Maquiavel nestas obras.

Pode-se observar, ainda, o despontar de novas leituras e formas de tratar do pensamento do florentino a partir de 1980. Sem se consolidarem em uma vertente majoritária ou homogênea do *corpus*, o sentido geral destas interpretações emergentes sinalizou o esmorecimento de componentes centrais das correntes maquiavélica e absolutista ainda prevalentes. Isto talvez indicie o início de uma transformação no campo do comentário didático de História tangente à abordagem de Maquiavel.

Não se pode olvidar que, desde os anos 1970, graças a trabalhos importantes como os de Claude Lefort (1972), John Pocock (1975) e Quentin Skinner (1978), as matrizes

republicanas de interpretação do pensamento de Maquiavel conquistaram um espaço cada vez mais assente nas universidades europeias e norteamericanas. Diante disto, é possível inquirir: a participação de professores universitários que tiveram contato com especialistas no assunto, ao se tornarem autores de livros didáticos de História, caso sintomático de Guilherme Mota (1986), teriam provocado uma aproximação entre estes dois universos – o do saber acadêmico mais atualizado sobre o assunto e o das escolas? Seria a influência dos estudos republicanos que tomavam novo fôlego no mundo e chegavam ao Brasil com a atualidade do *Maquiavel republicano* de Newton Bignotto (1991), e de outros trabalhos relevantes que a ele se seguiram, de amplo alcance do público leitor?

Estas são algumas das questões que nos provoca a busca pela compreensão do resultado desta pesquisa, compreensão que evoca o diálogo entre tantos atores e autores que produziram, reproduziram e transformaram as representações do pensamento de Maquiavel no Brasil.

Referências

Corpus

ABREU E CASTRO, Julierme de. *História Geral*. Livro do Mestre. São Paulo: IBEP, 1974.

ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia F. de. *Conexões com a História*. Manual do Professor. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

AQUINO, Rubim Santos Leão de; LOPES, Oscar G. P. C.; FRANCO, Denize de A.; REZENDE, Clymene V. de. *História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1978.

ARRUDA, José Jobson de A. *História Moderna e Contemporânea*. 13. ed. rev. acresc. São Paulo: Ática, 1981.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. 4. ed. São Paulo : Ática, 1996.

AZEVEDO, Gislane C.; SERIACOPI, Reinaldo. *História em movimento*. Dos primeiros humanos ao Estado Moderno. 1. ed.; 1. reimpressão. Vol. 1. São Paulo: Ática, 2010.

BARBEIRO, Heródoto. *História Geral*. São Paulo: Ed. Moderna, 1976.

BARBEIRO, Heródoto; CANTELE, Bruna R.; SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. *História: de olho no mundo do trabalho*. Ensino Médio. São Paulo: Scipione, 2004.

BOTELHO, General José Nicolau Raposo. *Compendio de Historia Universal*. Instrução secundária. 9. ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1921.

CÁCERES, Florival. *História Geral*. 2º grau. São Paulo: Moderna, 1988.

CAMPOS, Raymundo Carlos Bandeira. *História Geral*. Moderna e Contemporânea. 4. ed. São Paulo: Atual Ed., 1981.

CANTELE, Bruna R. *História Dinâmica: Moderna e Contemporânea*. 8ª série. São Paulo: IBEP, [1995?].

CATELLI JR., Roberto. *Conexão História*. 2ª série do Ensino Médio. 1. ed. São Paulo: AJS, 2013.

COLEÇÃO ANGLO [Sistema de Ensino]. *História*. São Paulo: Anglo, 2002.

COTRIM, Gilberto. *História e Consciência do Mundo*. São Paulo: Saraiva, 1994.

DANIEL [Monsenhor]. *Curso de História Universal*. Traduzido e atualizado pelo Dr. Joaquim Maria de Lacerda, Membro da

Arcadia Romana. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro Editor, 1871.

DIVALTE. *História*. 1. ed.; 4. reimpressão. São Paulo: Ática, 2002.

ESAÚ, Elias; PINTO, Luiz Gonzaga de Oliveira. *História Geral*. 2º grau. Livro do mestre. São Paulo: IBEP [s.d.].

FARIA, Ricardo de M.; MIRANDA, Mônica L.; CAMPO, Helena G. *Estudos de História*. Ensino Médio. 1. ed. São Paulo: FTD, 2010.

FAZOLI Fº., Arnaldo. *História Geral*. 2º grau. São Paulo: Ed. do Brasil, 1976.

FERREIRA, João Paulo M. Hidalgo; FERNANDES, Luiz Estevam de O.. *Nova História Integrada*. 1ª série. 3. ed. Campinas: Companhia da Escola, 2013.

FIGUEIRA, Divalte Farcia. *História em Foco*. Do Renascimento ao século XIX. 1. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Ática, 2010.

GOMES, Paulo M.; MOURA, Nelson de; GONZÁLEZ, Alaíde I. *História Geral das Civilizações*. 2º grau e concursos vestibulares. 10. ed. Minas Gerais: Livraria Lê Ed. Ltda., 1977.

HERMIDA, Borges. *História Geral*. 4ª série ginásial. 16. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de; QUEIROZ, Carla de; FERRAZ, Sylvia Barboza; PINTO, Virgílio Noya. *História da Civilização*: área de estudos sociais. 7º e 8º do Primeiro Grau. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

LOBO, R. Haddock. *História Moderna e Contemporânea e História do Brasil*. 4ª série curso ginásial. 6. ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1959.

LOBO, R. Haddock. *História Geral*. Ciclo colegial. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

SÁ, José E. C. de; BENEVIDES. *Historia da Civilização: Lições*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & C., 1912.

SANTOS, Washinton dos; MEDEIROS, Umberto Augusto de. *História Geral: Moderna e Contemporânea para Ensino Médio*. 1. ed. São Paulo: IBEP, 1966.

SOUZA, Alcindo Muniz. *História Geral*. 1º ano do curso colegial. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

MAIOR, A. Souto. *História Geral*. Para o ensino de 2º grau. 15. ed.; 4. reimpressão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

MARQUES, Adhemar Martins; FARIA, Ricardo de Moura. *Nova História*. 2º grau e vestibulares. Minas Gerais: Ed. Lê, 1982.

MARANHÃO, Ricardo ; ANTUNES, Maria Fernanda. *Trabalho e Civilização: uma história global*. Ensino Fundamental. 1. ed. Vol. 2. São Paulo: Moderna, 1999.

MARROS, Ilmar R.; FALCON, Francisco J. C.; CARVALHO, Maria Alice R. de; MATTOS, Selma R. de. *História*. 1ª série, 2º grau. Rio de Janeiro: Francisco Alves & C.; EDUTEL, 1977.

MOCELLIN, Renato. *História: Ensino Médio*. Livro do Professor. 2. ed. São Paulo: IBEP, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. *História Moderna e Contemporânea*. 2º grau. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1986.

MUSSUMECCHI, Victor. *História Geral*. Para curso ginasial. São Paulo: Ed. do Brasil, 1970.

OBJETIVO. *História Geral: Moderna*. Datilografado. São Paulo: Objetivo, s.d. [1970?].

PEDRO, Antonio. *História Geral*. 2º grau. São Paulo: FTD, 1988.

PEREIRA, Pedro Sérgio; MORAES, Robson Alexandre de. *História*. São Paulo: Ed. Frase Ltda., 2001.

SOUZA, Osvaldo Rodrigues de. *História Geral*. 11 ed. rev. atual. São Paulo: Ática, 1975.

VALUCE, Ládmo. *História Geral*. 1º grau. São Paulo: Ed. do Brasil, 1975.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História para o Ensino Médio*. História Geral e do Brasil. Livro do Professor. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2005.

Outros materiais didáticos citados

CAMPOS, Flávio de; MIRANDA, Renan Garcia. *A escrita da História*. 1. ed. São Paulo: Escala Educacional, 2005.

ESAÚ, Elias; PINTO, Luiz Gonzaga de Oliveira. *História para a Escola Moderna - História Geral da Civilização*. 8ª série, 1º grau. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1974.

ESAÚ, Elias; PINTO, Luiz Gonzaga de Oliveira. *História Geral da Civilização*. 8ª série, 1º grau. 8. ed. Reimpressão. São Paulo: Saraiva, 1975.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *História*. 1º ano do Ensino Médio. 1. ed. São Paulo: IBEP, 2013.

GALANTI, P. Raphael M. *Compendio de Historia Universal*. 4. ed. São Paulo: Duprat & C., 1907.

LYDINEIA; JAMES [sic]. Cadernos MEC. *História Geral 2: Moderna e Contemporânea*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME); Ministérios da Educação e Cultura; Ministro Senador Jarbas Passarinho, 1971.

MARQUES, Adhemar. *Pelos caminhos da História*. Ensino Médio. Paraná: Positivo, 2006.

RIBEIRO, João. *Historia Universal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1919.

RICARDO; ADHEMAR; FLÁVIO [sic]. *História*. 2º grau. 1º vol. Minas Gerais: Ed. Lê, 1989.

Referências bibliográficas

ALVES, Dalton José. *O espaço da Filosofia no currículo do Ensino Médio a partir da nova LDB (Lei nº 9.394/96): análise e reflexões*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2000.

ARANOVICH, Patricia Fontoura. “Notas sobre as relações entre fim e meios em Maquiavel”. In: SALATINI, Rafael; ROIO, Marcos Del (Org.). *Reflexões sobre Maquiavel*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 21-36.

BAGNO, Sandra. “O Brasil na hora de ler Maquiavel: notas sobre a primeira edição brasileira d’*O príncipe*, traduzido por Elias Davidovich”. *Tempo*, 2014, p. 1-21.

BAGNO, Sandra; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *Maquiavel no Brasil: dos descobrimentos ao século XXI*. São Paulo: Ed. FGV, 2015.

BALSAMO, Jean. « ‘Le plus meschant d’entre eux ne voudroit pas estre Roy’. La Boétie et Machiavel ». *Montaigne Studies*, 1999, nº 11, p. 5-27.

BEAME, Edmond. “The use and abuse of Machiavelli: the Sixteenth-Century French adaptation”, *Journal of History of Ideas*, vol. 43, v. 1, 1982.

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

BOSI, Alfredo. “Cultura brasileira e culturas brasileiras”. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.308-345.

BROCANELLI, Cláudio Roberto. “O ensino de Filosofia no Brasil: história e perspectivas para o ‘filosofar’”. *Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, v. 9, n. 1, p. 43-61, jan.-jun. 2012. DOI: 10.5747/ch.2012.v09. n1.h116.

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. Trad. Vera Lúcia de Oliveira Sarmiento e Fernando de Azevedo Corrêa. Brasília: Ed. UnB, 1991.

CARMINATI, Celso João. “(Des) Razões da retirada da Filosofia do Ensino Médio no Brasil”. *Revista Linhas*, v. 5, n. 2, p. 1-13, 2004. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1225/1038>.

CARTA, Paolo, “Les exilés italiens et l’anti-machiválisme français au XVIe siècle”, *Laboratoire italien*, 3, 2002. Disponível em: <http://laboratoireitalien.revues.org/366>. Acesso em: nov. 2022

CARPEAUX, Otto Maria. “Jacob Burckhardt: profeta da nossa época”, in: BURCKHARDT, J., *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*, Brasília: Ed. UnB, 1991, p. v-xii.

CORTINA, Arnaldo. *O Príncipe de Maquiavel e seus leitores: uma investigação sobre o processo de leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

DI CARLO, Josnei. “Maquiavéis brasileiros: notas sobre leituras de Maquiavel no Brasil”, Sergipe, *Tomo*, nº 33, 2018, p. 271-299.

DOMINGUES, Ivan. *Filosofia no Brasil: legados e perspectivas. Ensaios metafísicos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

FERREIRA, Jorge. “Uma versão para o futuro: Vargas, o maquiavélico”. In: BAGNO, Sandra; MONTEIRO, Rodrigo Bentes (Org.). *Maquiavel no Brasil: dos descobrimentos ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 253-273.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo (Org.). *Sobre Maquiavel*. Brasília: Ed. UnB, 1978.

GARNER, Roberta. “Jacob Burckhardt as a Theorist of Modernity: Reading *The Civilization of the Renaissance in Italy*”. *Sociological Theory*, Vol. 8, No. 1 (Spring, 1990), pp. 48-57.

KELLEY, Donald. “Murdr’ous Machiavel in France: a Post Mortem”, *Political Science Quarterly*, Vol. 85, No. 4 (Dec., 1970), pp. 545-559.

LASTRAIOLI, Chiara. “Quelques réflexions sur l’anti-machiavélisme dans la propagande anonyme manuscrite au temps des guerres de religion”, in: *Cinquecento Plurale*, 17 nov. 2009. Disponível em: <http://www.nuovorinascimento.org/cinquecento/chiarmac.pdf>. Acesso em: nov. 2022.

LEFORT, Claude. *Le travail de l’oeuvre Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972.

SILVEIRA, M. A., “Reason of state and colonization: some conceptual and historiographical issues”, *História* (São Paulo), 2018.

MANOEL, Ivan A. “O ensino de História no Brasil: do Colégio Pedro II aos Parâmetros Curriculares Nacionais”. In: *Conteúdos e Didática de História*. São Paulo: Unesp; Univesp, 2012, p. 1-24. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/46194>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MAZAI, Norberto; RIBAS, Maria Alice Coelho. “Trajetória do ensino de Filosofia no Brasil”. *Disciplinarum Scientia*. Série:

Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, vol. 2, n. 1, p. 1-13, 2001.

MENEZES, Antonio Basilio N. T. de; SILVA, Roberto R. da. “O ensino da Filosofia no Brasil: descontinuidades e ameaças”. *Revista Dialectus*, ano 9, n. 19, ago.-dez. 2020, p. 225-238.

MORAES FILHO, Evaristo de. *O ensino de filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial; Ministério da Educação e Cultura, 1959. [Decimalia]

POCOCK, John. *The Machiavellian Moment*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

SALATINI, Rafael. “Notas sobre a maquiavelística brasileira (1931-2007)”, *Discurso*, v. 41, 2011, São Paulo, p. 329-360.

SARDÁ, Daniela N. “A história do ensino da filosofia no sistema escolar francês e brasileiro”. *Hist. Educ.* (Online), Porto Alegre, v. 22, n. 56, set./dez. 2018, p. 187-206. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/75689>

SFEZ, Gérald. *Raison d'État*. Paris: Beauchesne Éditeur, 2020.

SILVA, Alexandra Lima da. “A carne do mercado: livros didáticos e o florescimento do comércio livreiro na cidade do Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de História de Educação*, vol. 14, núm. 1, enero-abril, 2014, pp. 223-249.

SILVEIRA, M.A., “Reason of state and colonization: some conceptual and historiographical issues”, *História* (São Paulo), 2018.

SKINNER, Quentin. *The Foundations of Modern Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

(Submissão: 23/08/23. Aceite: 24/11/25)